ANEXO 1 Quadro Esquemático das Situações de Fiscalização Previsíveis e Respectivas Conduas a Serem Adotadas			
IRREGULARIDADE	LEGISLAÇÃO	DOCUMENTAÇÃO	PROVIDÊNCIAS
1 - Estabelecimento sem registro.	Leis Federal 6.839/1980 e 9696/98. Lei Estadual 10848/01. Resoluções CONFEF 52/2002, 477/23 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Relação das atividades desenvolvidas. 3. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Jurídica (RF - AIPJ), com informações complementares no Relatório de Visita (RV). 3. à Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia aos órgãos competentes. 4. Sugerir encaminhamento à Comissão de Ética Profissional, para abertura de processo ético contra o proprietário da entidade, se Profissional de Educação Física. 5. Esgotadas as possibilidades de solução administrativa, encaminhar ao Departamento Jurídico para providências administrativas e/ou judiciais cabíveis.
2- Entidade sem Responsável Técnico/ou com alteração não comunicada.	Lei Federal n.º 9696/98 Lei Estadual n. 10.848/01. Resoluções CONFEF 52/2002, 477/23 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Jurídica (RF - AIPJ) e informações complementares no Relatório de Visita (RV). 3. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, à Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia aos órgãos competentes. 4. A Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético contra o proprietário da entidade, se Profissional de Educação Física.
3- Ausência de profissional habilitado na entidade (sem ocorrência ilegal da profissão).	Lei Federal n. 9.696/98 Resoluções CONFEF n. 46/2002, 52/2002, 477/23 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Autuar a entidade ou estabelecimento (RF - AIPJ) e o Responsável Técnico (RF - AIPF), se houver, pela convivência com a infração praticada e também o Profissional de Educação Física (RF - AIPF) que deveria estar atuando, se contatado. 3. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, à Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético contra o Responsável Técnico. 4. Caso a entidade ou estabelecimento não possua Profissional de Educação Física, à Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia aos órgãos competentes. 5. Esgotadas as possibilidades de solução administrativa, encaminhar ao Departamento Jurídico para providências administrativas e/ou judiciais cabíveis.
4 - Convivência com o Exercício ilegal da Profissão. (Pessoa física exercendo atividade profissional sem registro no Sistema CONFEF/CREFs)	Lei Federal n. 9.696/98. Art. 47 do Dec.-Lei n. 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais). Resoluções CONFEF nº46/2002, 477/23 e 508/2023 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidas pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Termo de Compromisso de Estágio. 3. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 4. Relação das atividades desenvolvidas 5. Quadro técnico dos profissionais que atuam na entidade.	1. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Física (RF - AIPF) e informações complementares no relatório de visita (RV). 2. Determinar ao fiscalizado a suspensão imediata das atividades próprias do profissional de Educação Física, sob pena de ser acionado apoio policial. 3. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 4. Autuar a entidade ou estabelecimento (RF-AIPJ) e o Responsável Técnico (RF-AIPF), pela convivência com a infração praticada. 5. Sugerir à Diretoria do Departamento o encaminhamento de denúncia do exercício ilegal da Profissão ao Ministério Público. 6. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou o Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, a Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético em desfavor do Profissional.
5 - Profissional com exercício profissional suspenso ou com pedido de baixa do registro profissional em atividade.	Lei Federal n. 9.696/98. Art. 47 do Dec.-Lei n. 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais). Art. 205 do Código Penal (exercer atividade de que está impedido por decisão administrativa). Resoluções CONFEF nº46/2002, 477/23 e 508/2023 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Física (RF - AIPF) e informações complementares no relatório de visita (RV). 2. Determinar ao fiscalizado a suspensão imediata das atividades próprias do profissional de Educação Física, sob pena de ser acionado apoio policial. 3. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 4. Autuar a entidade ou estabelecimento (RF-AIPJ) e o Responsável Técnico (RF-AIPF), pela convivência com a infração praticada. 5. Sugerir à Diretoria do Departamento de Fiscalização o encaminhamento de denúncia do exercício ilegal da Profissão art. 47 da LCP e art. 205 do Código Penal ao Ministério Público. 6. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, a Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético em desfavor do Profissional.
6- Profissional de Educação Física exercendo atividades profissionais não abrangidas pela sua área de atuação (desvio de função).	Lei Federal n. 9.696/98 Resoluções CONFEF 477/23 e 508/2023 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Física (RF - AIPF) e informações complementares no relatório de visita (RV). 2. Determinar ao fiscalizado a suspensão imediata das atividades irregulares, sob pena de ser acionado apoio policial. 3. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 4. Autuar a entidade ou estabelecimento (RF - AIPJ) e o Responsável Técnico (RF - AIPF), pela convivência com a infração praticada. 5. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, sugerir à Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético contra o Profissional. 6. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, a Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético em desfavor do Responsável Técnico.
7- Profissional sem o porte da Carteira de Identidade Profissional.	Lei Federal 9696/98. Resolução CONFEF 477/23 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Física (RF - AIPF) em relação ao Profissional que tenha praticado a infração, com informações complementares no Relatório de Visita (RV). 3. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, sugerir encaminhamento à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético em desfavor do Responsável Técnico e demais Profissionais envolvidos.
8 - Exercício de estágio em área da Educação Física não correspondente à do curso frequentado, ou fora do momento acadêmico estabelecido pela legislação de ensino.	Lei Federal n. 9.696/98 Lei Federal n. 11.788/2008 Resoluções MEC - CNE n. 06/2018. Resoluções CONFEF 477/23 e 508/2023 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Termo de Compromisso de Estágio. 3. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 4. Relação das atividades desenvolvidas. 5. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Física (RF - AIPF) e informações complementares no relatório de visita (RV). 2. Determinar ao fiscalizado a suspensão imediata das atividades de estágio, sob pena de ser acionado apoio policial. 3. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 4. Autuar a entidade ou estabelecimento (RF - AIPJ), o Responsável Técnico (RF - AIPF) e o Profissional no exercício da supervisão do estágio, pela convivência com a infração praticada. 5. Sugerir à Diretoria do Departamento o encaminhamento de denúncia do exercício ilegal da Profissão ao Ministério Público. 6. Caso seja reincidente da autuação, ou não seja formalizado TAC ou Processo Administrativo de Fiscalização (PAF) seja impropriedade após transitado e julgado, à Diretoria do Departamento de Fiscalização fará denúncia à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético contra o Responsável Técnico e o Profissional no exercício da supervisão do estágio. 7. Esgotadas as possibilidades de solução administrativa, encaminhar ao Departamento Jurídico para providências administrativas e/ou judiciais cabíveis
9- Impedimento ou obstáculo ao acesso da Fiscalização às dependências do estabelecimento ou aos documentos necessários à inspeção.	Lei Federal n. 9696/98. Arts. 329 e/ou 330 do Código Penal. Resolução CONFEF 477/23 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFs. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Jurídica (RF - AIPJ), e de Pessoa Física (RF - AIPF) em relação ao Responsável Técnico e a qualquer Profissional que tenha praticado a infração, com informações complementares no Relatório de Visita (RV). 3. Requisitar apoio policial imediato, ou, caso não seja possível no momento, representar perante a Autoridade Policial na delegacia mais próxima. 4. Sugerir encaminhamento à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético em desfavor do Responsável Técnico e demais Profissionais envolvidos.

10 - Transferência de Registro Profissional	Resolução CONFEF 531/24 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Resolução CONFEF 253/13 - Registro profissional secundário.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFS. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFS. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Jurídica (RF - AIPJ) em caso de reincidência, e de Pessoa Física (RF - AIPF) em relação ao Profissional que tenha praticado a infração, com informações complementares no Relatório de Visita (RV). 3. Requisitar apoio policial imediato, ou, caso não seja possível no momento, representar perante a Autoridade Policial na delegacia mais próxima. 4. Sugerir encaminhamento à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético em desfavor do Responsável Técnico e do Profissional envolvido.
11 - Entidade com documentação irregular	Lei Federal n. 9696/98. Resolução CONFEF 52/2002, 477/23 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Lei Estadual n. 10.848/2001.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFS. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFS. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Lavrar Registro de Fiscalização Auto de Infração de Pessoa Jurídica (RF - AIPJ), e de Pessoa Física (RF - AIPF) em relação ao Responsável Técnico, com informações complementares no Relatório de Visita (RV). 3. Sugerir à Diretoria de Fiscalização o encaminhamento de representação à autoridade responsável pela expedição da documentação que gerou a irregularidade. 4. Sugerir encaminhamento à Câmara de Ética Profissional, para abertura de processo ético em desfavor do Responsável Técnico. 5. Esgotadas as possibilidades de solução administrativa, encaminhar ao Departamento Jurídico para providências administrativas e/ou judiciais cabíveis.
12 - Entidade com instalações irregulares.	Lei Federal n. 9696/98. Resolução CONFEF 52/02. Lei Estadual n. 10.848/2001. Resolução CONFEF 52/2002, 477/23 e 508/23 - Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Art. 6º, I, II e III; art. 8º, do Código de Defesa do Consumidor. Art. 2º, e Seção VII, do Manual de Fiscalização da ANVISA.	1. Carteira de Identidade Profissional ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFS. 2. Certificado de Registro da Pessoa Jurídica ou Declaração de Registro expedidos pelo Sistema CONFEF/CREFS. 3. Relação das atividades desenvolvidas. 4. Quadro Técnico dos Profissionais que atuam na entidade.	1. Fazer a devida orientação sobre a irregularidade ou qualquer outro questionamento formulado. 2. Se necessário para a comprovação da irregularidade, fotografar o ambiente fiscalizado. 3. Lavrar Registro de Fiscalização - Auto de Infração de Pessoa Jurídica (AIPJ), e de Pessoa Física (RF - AIPF) em relação ao Responsável Técnico, com informações complementares no Relatório de Visita (RV). 4. Sugerir à Diretoria de Fiscalização o encaminhamento de representação à Vigilância Sanitária local e, caso a irregularidade exponha pessoas a grave e iminente risco à saúde, denúncia ao Ministério Público e aos órgãos de defesa do consumidor locais (PROCCON). 5. Sugerir encaminhamento à Câmara de Julgamento, para abertura de processo ético em desfavor do Responsável Técnico. 6. Esgotadas as possibilidades de solução administrativa, encaminhar ao Departamento Jurídico para providências administrativas e/ou judiciais cabíveis.